

Índice

Introdução	2
1. Conceitualização	4
2. Génese das Actividades Directamente Improdutivas.....	4
3. Actividades Directamente Improdutivas.....	6
3.1. <i>DUP Activities</i> vs Investimento Estrangeiro.....	10
3.2. <i>DUP Activities</i> vs Efeitos Dinâmicos da Área Cinzenta.....	11
3.3. <i>DUP Activities</i> vs Novas Teorias do Estado Desenvolvimentista.....	12
4. Teorias.....	13
4.1. Teoria do Estado Desenvolvimentista.....	13
4.2. Teoria da Mudança Institucional	14
4.3. Teoria Estruturalista	15
4.4. Teoria de Grupos	16
Conclusão.....	17
Referências Bibliográficas	19

Introdução

A presente pesquisa surge com o intuito de analisar a noção do Estado e desenvolvimento, incorporando o conceito de DUP Activities, quer dizer, Actividades Directamente Improdutivas.

Este conceito foi primeiramente usado pelos economistas políticos a partir do século XVII e eles pretendiam caracterizar o modo de produção capitalista, onde eles consideravam os trabalhos produtivo e improdutivo como se fosse uma dicotomia existente no seio da economia. Nesta perspectiva, o trabalho produtivo e improdutivo nunca andaram separados, posto que sintetizam o surgimento e o esplendor do capitalismo.

De um modo geral, estes economistas concordaram com a existência no seio da sociedade de duas categorias que jamais incorreram na hipótese segundo a qual a diferença entre preço de venda e preço de custo da mercadoria surge a origem do lucro.

Este trabalho surge com o objectivo de analisar o conceito de DUP Activities dentro da teoria do Estado e Desenvolvimento. A questão de partida que pretendemos responder é até que ponto a ideia do Estado e Desenvolvimento podem criar o conceito de DUP Activities?

Portanto, na perspectiva de Estado e Desenvolvimento, o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo são complementares e actuam de forma harmónica e quase sincrónica em cada esfera do sistema produtivo capitalista, posto que estes trabalhos determinam na realização da mais-valia. Sem trabalho produtivo não há auto-expansão de mais-valia. Sem trabalho improdutivo não há reprodução de capital com a logística, a qualidade, a tempestividade e a minimização de custos requeridos pela produção de mais-valia.

O trabalho improdutivo retém a propriedade de constituir uma força de trabalho, de modo que precisa ser repostada, dependendo inelutavelmente do produtivo. Assim, o trabalho improdutivo consome mais do que reproduz, no sentido de que devem ser pagas a força de trabalho e a cota de quem a explora na realização da mais-valia.

Neste trabalho inicialmente procuraremos fazer uma abordagem conceitual das DUP Activities, depois abordamos as teorias envolvidas deste conceito. Procuraremos devesas

fazer uma abordagem da génese das Actividades Directamente Improdutivas e por fim a ideia geral da concepção das DUP Activities ligadas ao conceito de Estado e Desenvolvimento.

Neste trabalho usamos como metodologia, a pesquisa bibliográfica que se cingiu na análise hermenêutica-reflexiva do conceito de DUP Actividades, e bem como dos outros conceitos a ele ligados, é o caso de rent seeking bem como do conceito de Repressão e liberalização financeira.

1. Conceitualização

As Actividades Directamente Improdutivas (*DUP Activities*) surgem como um conceito geral que pretende fazer um alcance da recente análise da actividade económica, incluindo o substrato das actividades *Rent Seeking*¹. Assim, pretendem fazer uma análise e generalização do bem-estar teórico da análise das tais actividades, desenvolvendo a categorização dos casos de dependência dos níveis de distorção.

As Actividades Directamente Improdutivas representam vias de fazer lucro, como a receita, através do empreendimento das actividades nas quais são directamente improdutivas. Entretanto, estas produzem bens e serviços que têm uma utilidade funcional directa e indirecta através do aumento da produção ou através da avaliação dos bens provindos da economia para uma utilidade funcional.

Para se perceber a taxonomia das Actividades Directamente Improdutivas, deve-se distinguir entre uma situação distorcida ou suboptimal da situação não distorcida ou optimal. As Actividades Directamente Improdutivas que usam as fontes da situação da distorção, podem ser paradoxalmente melhoradas para um bem-estar, onde existe uma similaridade entre elas e a Actividade Directamente Improdutiva, que destrói a distorção e alcança o melhor estado optimal que pretende ser paradoxal para o agravamento do bem-estar.

Assim, quando se fala de Actividades Directamente Improdutivas refere-se às políticas governamentais, que podem envolver mudanças destas políticas ou exclusivamente privadas.

2. Génese das Actividades Directamente Improdutivas

No alvorecer da Idade Moderna, a burguesia nascente sabia como fazer negócios, isto é, como retirar lucro de suas trocas mercantis e também sabia como cobrar os juros e os preços. Entretanto, o que não sabia era perceber as leis do mercado, bem como donde proveria a força do dinheiro para moldar o mundo à sua imagem e semelhança.

¹ Procura de Renda

Portanto, durante vários anos não se conseguia controlar o mercado, pois os preços subiam ou desciam sem que se soubesse explicar e, portanto, prever, estas variações. Foi para investigar questões como essa que surgiu a Economia Política Clássica. E foi com ela que surgiu a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo.

Contudo, com o despontar das relações mercantis, a burguesia começou a se dar conta que existem dois tipos de salários: um do qual advém lucro e, outro, que não. Para melhor compreensão pode-se partir dum exemplo: numa manufactura, por exemplo, quanto mais artesãos o burguês puder contratar (e isto depende, claro, não apenas de sua vontade, mas fundamentalmente das condições do mercado) maior será o seu lucro. O salário dos artesãos é um salário que gera lucro. Por outro lado, um segundo contador, mais vigias, etc., são salários que não geram lucro, antes, são custos. Foi a partir de então que começou a fazer sentido a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. O primeiro é aquele que produz lucro e, o segundo representa o custo do negócio.

Na Idade Média é considerado trabalho improdutivo, a mais completa inutilidade, pois, com todas as mediações cabíveis a cada formação social, o trabalho ainda estava muito próximo da produção de valores de uso e, por isto, falar em trabalho produtivo não passava de tautologia. Foi com a expansão das relações mercantis entre os séculos XV e XVIII, isto é, com o crescimento da importância na reprodução social do valor de troca, que surgiu a distinção entre aquele trabalho assalariado que produz lucro e aquele outro que não o produz. Um bom negócio deveria contar com o máximo de trabalhadores produtivos e o mínimo necessário de improdutividade.

Com a Revolução Industrial (1776-1830), junto com o conjunto da sociedade burguesa, a distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo atingiu a sua maturidade. A indústria se tornou o pólo mais dinâmico da reprodução do capital e o lucro comercial ou os juros deixaram de ser o seu momento predominante, que é distinto do seu momento fundante. Entretanto, as categorias de trabalho produtivo e improdutivo também adquirem sua maturidade histórica, pois é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia e improdutivo, aquele que não produz mais-valia.

Os trabalhadores improdutivos compõem uma enorme massa de assalariados, muito mais numerosa e heterogênea do que a dos trabalhadores produtivos. Todavia,

imediatamente, ou seja, não é esta toda a história, o capital se valoriza pela produção da mais-valia².

Portanto, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo só faz sentido, como vimos, do ponto de vista do capital. As categorias de trabalho produtivo e improdutivo são, subcategorias do trabalho abstrato. Ser trabalhador produtivo ou improdutivo significa, portanto, imediatamente ser explorado pelo capital. Do ponto de vista da contradição mais genérica entre o capital e o trabalho abstrato, se desdobra uma exploração que se expressa ao redor dos salários ou da jornada de trabalho.

Nesta perspectiva, os trabalhos produtivo e improdutivo, portanto, correspondem a uma distinção específica às sociabilidades regidas pelo capital e neste caso, são subcategorias do trabalho abstrato. Servem para particularizar o trabalho produtor de mais-valia do trabalho que não produz mais-valia.

3. Actividades Directamente Improdutivas

Este conceito pretende englobar uma série de actividades, que incluem o subconjunto de Procura de renda (Rent Seeking), conceito estudado por Anne Kruger (1974)³. Estes segundo Kruger são desenvolvidos por vários grupos de interesses que procuram não só rendas económicas como também poder de monopólio, protecção tarifária, subsídios, etc. (Estêvão: 1999: 4).

Entretanto, nas Actividades Directamente Improdutivas procura-se demonstrar que a intervenção da economia em várias áreas da sociedade pode ser um elemento enriquecedor para o alcance do bem-estar que se não é mantido, pode ser perdido quando se atinge o monopólio, licenciamento, subsídios, etc., que devem ser aumentados o desperdício de recursos pelos agentes que intervêm na economia de modo que se obtenha os benefícios esperados dentro do mercado económico.

² (http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trabalho_produtivo.pdf), Acessado no dia 15/10/2013, 19h28).

³ Cf. **Krueger**, Anne O. (1974) — “The Political Economy of the Rent-Seeking Society”. *The American Economic Review*, vol. LXIV, nº 3, June: 291-303.

A crítica que se avança no que concerne à intervenção do Estado na economia relaciona-se com o problema chamado de Repressão financeira⁴. De acordo com McKinnon e Shaw (1973)⁵ há repressão financeira sempre que se impede que o sector financeiro funcione segundo os mecanismos do mercado. Assim, as baixas taxas de juro nominal, em conjugação com elevadas taxas de inflação, produzem as taxas de juro real muito baixas, ou mesmo negativas, criando fortes obstáculos ao crescimento económico, pois existe um desvio das poupanças para os activos reais e reduzem a poupança financeira disponível para o investimento da economia, dificultando desta feita, o aprofundamento do sistema financeiro; também cria-se o excesso de procura de fundos de investimentos, apelando para mais intervenção governamental através da racionalização do crédito, o que torna favorável ao desenvolvimento das actividades de procura da renda (Estêvão: 1999: 4).

Estudos avançam que a consequência da repressão financeira é o desperdício de recursos para o crescimento económico e o não desenvolvimento do sistema de financiamento da economia, com o avanço dos estudos, prova-se que os mercados eram imperfeitos e isto também deu a imperfeição do Estado, que não se poderá perceber o Estado sem considerar o maior número de actores que intervêm na vida política e que associados formam sobremaneira grupos de interesses diferentes.

Entretanto, a intervenção do Estado, nos países em desenvolvimento torna-se uma dinâmica ligada ao comportamento de procura de renda, à pressão dos interesses

⁴ Quando o governo limita o livre fluxo financeiro para reduzir a remuneração obtida pelos poupadores e favorecer certos tomadores de recursos, em especial o próprio sector público. Vários instrumentos podem ser usados com esse fim, como tectos para as taxas de juros, incentivos tributários ou regulatórios para investimentos em certas aplicações, crédito direccionado etc. Podem ser aí incluídas várias medidas que também servem ao papel de *regulação prudencial*, como depósitos compulsórios elevados; limites a investimentos em certos activos por investidores institucionais, como fundos de pensão; e benefícios tributários nas aplicações em papéis públicos.

⁵ Cf. **McKinnon**, Ronald I. (1973) — *Money and Capital in Economic Development*. Washington DC, Brookings Institution. **Shaw**, Edward S. (1973) — *Financial Deepening in Economic Development*. New York, Oxford University Press.

pessoais e também de grupo de interesse conflituante à guisa da burocratização e da corrupção.

Autores afirmam que um dos aspectos importantes que concorrem na diferença entre a Promoção de Exportação e a Substituição de Importação é que a Substituição da Importação possui um regime que está directamente ligada às actividades directamente improdutivas e também pela procura de renda. Estas actividades possuem a sua fonte desde o uso produtivo, tomando em conta as mudanças políticas na sua evasão ou mesmo na procura da renda na qual é gerada. Estas actividades tendem a aumentar tudo o que diz respeito às medidas convencionais desde os graus mais altos e também nos modelos caóticos da substituição das importações.

As Actividades Directamente Improdutivas são aquelas que não entra nenhuma utilidade da função humana como directa ou indirecta. Os teóricos das Actividades Directamente Improdutivas sintetizam estas actividades em dois pilares: onde a situação inicial não pode ser distorcida e onde a situação inicial pode ser distorcida.

Nesta perspectiva, segundo Brooks e Heijdra (1988), existem dois componentes básicos na análise das *DUP Activities*. Segundo estes autores, o primeiro aspecto está ligado às fontes usadas na procura da protecção da forma. Esta perspectiva é ligada às actividades básicas directamente improdutivas que usa os factores ligados ao tráfico de influências. Depois disto, os teóricos das Actividades Directamente Improdutivas, voltam para o exame dos efeitos do bem-estar indirecto do uso improdutivo deste tráfico de influências, empregando a função do bem-estar social.

Para estes autores, existe uma série de deficiências ligadas às Actividades Directamente Improdutivas criadas para as funções do bem-estar social. O primeiro aspecto está ligado ao facto de o processo de tráfico de influências não ser analisado com detalhes, o que leva a crer que este processo é considerado como uma caixa em branco. O *input* nesta perspectiva é simplesmente modelado como usando um certo número de ocupação do capital o *output* aqui está ligado à regulação desejada (Brooks e Heijdra, 1988: 6).

Portanto, se o processo regulador é modelado como envolvendo agentes políticos, a possibilidade distintiva existe, confirmando que os agentes podem receber rendas como resultado do processo de tráfico de influências em si mesmo. A surpresa que deve ser

tomada em consideração na perspectiva da análise compreensiva do bem-estar está ligada ao emprego dos argumentos infinitamente regressivos, que geralmente passa por uma dianteira na literatura da procura da renda. Se a renda é realmente criada no sector político, os recursos podem ser empregues de forma improdutivo na tentativa de encontrar estas rendas.

A segunda deficiência neste processo é a de que a assunção é feita de modo que as actividades como o tráfico de influências sejam improdutivoas. Alguns teóricos como Samuels e Mercuro (1984)⁶, citados por (Brooks e Heijdra, 1988: 7) não concordam, afirmando que nenhum critério é aceite como providenciado por aquele que pode decidir ou não sobre algo improdutivo. Assim, espera-se que a literatura sobre a procura de renda não seja completa em relação a este problema. Na perspectiva destes teóricos de *Rent Seeking*, estes exclusivamente são aderentes da escolha do paradigma público e como resultado disso, está ligada a um processo de políticas regulatórias⁷ (Brooks e Heijdra, 1988: 7).

A ideia das Actividades Directamente Improdutivoas é preferida por vários autores do que daqueles que referem-se à ideia da procura da renda (*Rent Seeking*). Nesta perspectiva, as actividades directamente improdutivoas referem-se à verdadeira essência do fenómeno no qual é categorizado como diferente daquele objecto tradicional de análise económica.

O outro aspecto segundo Bhagwati (1983) refere-se à incorporação da palavra directamente. A palavra Directamente Improdutivoas refere-se a uma atenção no facto de

⁶ Cf. Samuels, W. J. and Mercuro (1984) "A Critique of Rent Seeking Theory". In: D.C. Colander (ED) Neoclassical Political Economy: The analysis of rent-seeking and DUP Activities, Ballinger Cambridge, MA. 55-70.

⁷ As políticas públicas regulatórias visam regular determinado sector, ou seja, criar normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos. Assim, a política regulatória se refere à legislação e é um instrumento que permite regular (normatizar) a aplicação de políticas redistributivas e distributivas, como por exemplo a Lei de uso do solo e o plano director. As políticas regulatórias, embora definidas globalmente para um sector, se caracterizam por atingirem as pessoas enquanto indivíduos ou pequenos grupos, e não como membros de uma classe ou de um grande grupo social.

que primeiramente seria uma perda, mas posteriormente poderá ser um ganho ulterior, desde aquelas actividades (Bhagwati, 1983: 636).

O terceiro aspecto refere-se à concepção do plano Marshall que concebe a renda para caracterizar as actividades directamente improdutivas, como um grupo genérico de actividades. O quarto aspecto aqui referido por este autor é o uso do termo procura de renda (*Rent Seeking*) para caracterizar uma classe genérica de actividades, nas quais as ligeiramente importantes são tidas como Actividades Directamente Improdutivas.

Bhagwati (1982)⁸ citado por Bhagwati (1983) distingue duas categorias das Actividades Directamente Improdutivas, é o caso da procura distorcida e o estímulo distorcido das actividades directamente improdutivas, onde cada categoria pode ser dividida em preço e em instrumento político ((Bhagwati, 1983: 636).

Entretanto, as Actividades Directamente Improdutivas são caracterizadas como actividades gerais da procura da renda, que no geral são tidas como aquelas que trazem o tráfico de influências no seio da economia.

3.1. DUP Activities vs Investimento Estrangeiro

A substituição das importações tem a regra de usar os seus próprios recursos embora ineficientes, de modo a usá-los para o investimento estrangeiro. Segundo autores como, Uzawa (1969)⁹, Hamada (1974)¹⁰, Bhagwati (1973)¹¹ citados por Srinivasan e Bhagwati (1999: 27), o investimento estrangeiro que provém das tarifas chamadas investimentos tarifários, é capaz de trazer miséria no país abaixo das condições que são vistas como

⁸ Cf. **Bhagwati**, Jagdish — “Directly Unproductive Profit-Seeking Activities”. *Journal of Political Economy*, vol. 90, Outubro 1982.

⁹ Cf. Uzawa, H. (1969), "Shihon Jiyuka to Kokumin Keizai" (Liberalization of Foreign Investments and the National Economy), *Economisuto*, pp. 106-122 (in Japanese).

¹⁰ Cf. Hamada, K. (1974), "An Economic Analysis of the Duty-Free Zone," *Journal of International Economics* (August): 225-241.

¹¹ Cf. Bhagwati (1973), "The Theory of Immisserizing Growth: Further Applications," in M. Connolly and A. Swoboda (eds., *International Trade and Money*, Toronto: University of Toronto Press.

comuns perto das condições que a substituição das importações tomou como base durante décadas.

Estas condições requerem o fluxo do capital dentro dos sectores que incentivam o capital dentro das actividades protegidas. Nesta perspectiva é importante, se estas actividades não surgem como nocivas para a sociedade pois irão voltar para a sociedade onde há uma baixa comparação com o que poderá ser a promoção da exportação nos países em que a afluência da subida tarifária é procurada em todos os mercados mundiais na perspectiva da promoção da estratégia de exportação nos países receptores (Srinivasan e Bhagwati, 1999: 28).

Bhagwati (1978)¹² citado por Srinivasan e Bhagwati (1999) afirma que houve uma hipótese sobre o investimento estrangeiro dentro da substituição das importações e esta pode tender a uma autolimitação no percurso longo, pois pretende-se que os mercados locais sejam por eles contraídos. Se assim for, levará a uma evidência consistente com esta hipótese segundo as recentes análises empíricas que a substituição das importações pode ser eliminada também para uma porção mínima do investimento estrangeiro e não sobre baixa produtividade social em comparação com os países promotores da exportação. Neste caso, as DUP activities irão desempenhar um papel fundamental na implementação do referido investimento.

3.2. *DUP Activities* vs Efeitos Dinâmicos da Área Cinzenta

Nesta perspectiva pretende-se perceber como é que a estratégia de promoção de exportação é bem-sucedida, existindo uma continuidade que deve ser expressa pelos argumentos que afirmam que a eficiência estática e os factores dinâmicos como a recolha e inovação podem ser favoráveis dentro da substituição das importações na perspectiva da estratégia de troca.

¹² Cf. Bhagwati (1978), *Foreign Trade Regimes and Economic Development: Anatomy and Consequences of Exchange Control Regimes*, Cambridge, MA: Ballinger.

O sucesso da promoção dos países exportadores é percebido com o argumento que este é favorável aos efeitos da área cinzenta, dentro das fontes da eficiência dinâmica que pode ser vista como maior, na prática por aspectos da eficiência estatística (Srinivasan e Bhagwati, 1999: 28).

Segundo estes factores, surgem contra-argumentos que afirmam que é possível reclamar que a substituição das importações favoreça o regime dentro do projecto (NBER¹³). Entretanto, o regime de promoção de Exportações pode levar à competição e à baixa proteção dos mercados, daí uma maior inovação. Foi através desta inovação dos efeitos dinâmicos que surgiu o desenvolvimento das DUP Activities.

3.3. *DUP Activities* vs Novas Teorias do Estado Desenvolvimentista

O Estado desenvolvimentista fixa regras que influenciam na tomada de decisão, segundo uma determinada orientação estratégica dentro da economia. Entretanto, também articula o funcionamento do mercado, permitindo que as vantagens dos mercados descentralizados possam combinar com as vantagens que resultam de processos produtivos, parcialmente isoladas das instabilidades próprias de mercados livres e dinamizados por investimentos em indústrias selecionadas pelo governo como estratégias para o crescimento económico do país.

Esta teoria parte do pressuposto que a economia política neoclássica está ligada a um conjunto de literaturas sobre as Actividades Directamente Improdutivas e sobre a procura de renda, e justifica as situações de fracasso e não as de sucesso, tais como nos casos de industrialização conduzida pelo Estado.

O Estado Desenvolvimentista segundo Islam e Chowdhury (1993)¹⁴, citados por João A. Ramos Estêvão (1999), pode ser uma elite burocrática apoiada pelos melhores talentos de gestão no sistema. Pode também ser um sistema político autoritário em que a burocracia tem suficiente liberdade de acção para tomar iniciativas políticas e também

¹³ National Bureau of Economic Research

¹⁴ Cf. **Chowdhury**, Anis e **Islam**, Iyanatul (1993) — *the Newly Industrializing Economies of East Asia*. London, New York, Routledge, 288 p.

uma estreita cooperação entre o governo e os grandes negócios no processo de tomada de decisão (Estêvão: 1999: 5).

O Estado Desenvolvimentista pretende dar uma nova abordagem que pode ser considerada diferente da abordagem neoclássica, subdividida em três níveis fundamentais de análise, posto que elas enfatizam a acumulação do capital como principal motor do crescimento e incentivam o nível e a composição do investimento como causas primeiras dos diferentes níveis de desempenho económico entre os países em desenvolvimento. Também destacam as políticas económicas como instrumentos importantes para orientar a afectação dos recursos e estimular o comportamento dos agentes de mercado, influenciando, deste modo, o nível de investimento produtivo e a inovação tecnológica. Por fim as teorias do Estado Desenvolvimentista insistem na importância dos arranjos políticos para suportar as medidas de política económica necessária para estimular a afectação dos recursos, numa óptica de longo prazo.

A noção do Estado Desenvolvimentista leva a uma influência em toda a querela relativa às funções do Estado no processo do desenvolvimento. Assim, esta noção traz a garantia do Estado na adopção das medidas de política económica mais adequada, e deveras a necessidade de o Estado intervir na sua generalidade em toda a acção económica, enfatizando a qualidade dentro da organização.

4. Teorias

No que concerne ao estudo da *DUP Activities* ligadas ao *Rent Seeking*, pode-se inferir várias teorias de desenvolvimento. Na nossa pesquisa, encontramos a teoria do Estado Desenvolvimentista, a Teoria da Mudança Institucional, a Teoria Estruturalista e a Teoria de Grupos. De seguida passamos a descrevê-las de forma minuciosa, onde depois far-se-á a sua respectiva crítica.

4.1. Teoria do Estado Desenvolvimentista

A teoria do Estado desenvolvimentista foi construída com base no modelo de desenvolvimento japonês e foi o mentor, Chalmers Johnson (1931-2010), e sintetizou quatro características essenciais do modelo de Estado desenvolvimentista: a existência

de uma elite burocrática apoiada pelos melhores talentos de gestão disponíveis no sistema; a existência dum sistema político em que a burocracia tem liberdade suficiente para tomar iniciativas e funcionar com eficácia; a existência da perfeição dos métodos de configuração do mercado da intervenção do Estado na economia; a condução da política por uma organização como o MICI, uma organização pequena, com uma estrutura vertical na condução da política industrial e democracia interna, com o controlo indirecto dos fundos do governo e com funções de reflexão estratégica.

4.2. Teoria da Mudança Institucional

A reacção à contra-revolução neoclássica traduziu-se, a partir de meados da década de 1980, na emergência de novas propostas teóricas e de reinterpretações dos modelos de desenvolvimento, sobretudo daqueles que então revelavam um grande dinamismo. Durante a década de 1990, tornou-se perceptível uma relativa aproximação entre desenvolvimentos teóricos que recuperavam aspectos essenciais da tradição do “velho” estruturalismo e desenvolvimentos que retomavam a tradição encontrada nos escritos do “velho” institucionalismo. A questão importante aqui é mostrar como é que o novo programa de investigação institucionalista ajuda a melhorar a compreensão da mudança estrutural e, portanto, do processo de desenvolvimento na sua globalidade.

Vejamos, antes de mais, algumas características essenciais da economia institucional, tal como sistematizado nos trabalhos de Geoffrey Hodgson (1945 -). O institucionalismo é crítico em relação ao atomismo e reducionismo da teoria neoclássica. Rejeita o seu conceito de homem económico racional e considera, pelo contrário, que o comportamento humano é, normalmente guiado pelo hábito e pela rotina, ocasionalmente interrompidos por actos de criatividade e inovação.

A par com o indivíduo, o institucionalismo considera as instituições como unidades analíticas adicionais ou, mesmo, alternativas. Como os indivíduos são moldados por uma cultura social evolutiva, as suas funções e preferências não são dadas como permanentes, elas estão sujeitas a um processo de adaptação e mudança contínua. O institucionalismo concebe a economia como um sistema aberto e evolutivo, historicamente definido, e sujeito a processos de causalidade cumulativa.

Contrariamente à teoria neoclássica, que assume a tecnologia como exógena e fixa, o institucionalismo considera que ela é evolutiva e que constitui uma força motriz fundamental no desenvolvimento socio-económico. O institucionalismo revela um interesse permanente pelo papel e significado do poder e pelo conflito entre indivíduos e entre instituições na vida socio-económica.

4.3. Teoria Estruturalista

Uma contribuição fundamental do estruturalismo foi a própria conceptualização do desenvolvimento económico como um processo de crescimento e mudança estrutural. O modelo construído por Arthur Lewis (1915 – 1991), em 1954, é um exemplo paradigmático do modo como a inter-relação foi construída. O crescimento económico conduz a uma progressiva reafecção sectorial do trabalho e, desse modo, a uma progressiva diminuição da população rural, o que determina a progressiva desagregação das estruturas tradicionais e sua absorção por um sector moderno em expansão.

Entretanto, a mudança estrutural, base da modernização da sociedade, é um produto do crescimento económico, embora seja a própria transferência do trabalho para o sector moderno que cria as condições adequadas para o crescimento do excedente e da poupança, base do crescimento do investimento e da acumulação de capital, a mudança estrutural é, então, indispensável para sustentar as condições do crescimento económico. Assim, o modelo permite, assim, associar a dinâmica do desenvolvimento económico à possibilidade de criação de um círculo virtuoso do tipo crescimento económico – mudança estrutural – crescimento económico.

A importância da dimensão mudança estrutural permite considerar aspectos qualitativos importantes no processo de desenvolvimento. Um desses aspectos é o das instituições, que muitos economistas chegaram a considerar e alguns, mesmo, de forma muito relevante, como foram os casos de Gunnar Myrdal (1898-1987), ou de Alfred Hirschman (1915-2012). Mas esses aspectos foram secundarizados à medida que os economistas estreitavam o objecto de estudo, acabando por tratar o desenvolvimento económico quase virtualmente como crescimento económico.

4.4. Teoria de Grupos

Esta teoria, sublinha a importância dos grupos em detrimento dos indivíduos. Neste modelo, o papel do Estado como regulador e topo de pirâmide é substituída por um Estado semelhante a qualquer parceiro, embora, mais importante. Já não existe uma estreita separação entre Estado e Sociedade. Em vez de emanarem do Estado central, as políticas são formuladas para envolverem uma pluralidade de organizações públicas e privadas. A gestão deste processo é ainda pouco clara, embora comece a surgir literatura sobre o assunto (Rocha, 2010: 31).

Este modelo, vê o estado e desenvolvimento como produto do grupo de luta ou grupos especificamente interessados. A Teoria de grupos consiste num largo número de grupos sociais, etnias ou grupos económicos que são mais ou menos bem organizados. Estes grupos entram numa competição política, onde cada um pressiona o governo a produzir políticas favoráveis a eles.

As políticas específicas reflectem uma influência relativa de diferentes interesses nas matérias oferecidas pelas Políticas Públicas. Os Pluralistas acreditam que dentro da sociedade existem múltiplos centros de poder competitivo, onde cada um procura identificar a política que favorece aos seus interesses particulares. As competições dentro da política são desenvolvidas para garantir que não haja nenhum grupo dominante (Rocha, 2013:6). Assim, o Estado é a única solução para eliminar querelas existentes na sociedade.

Conclusão

Neste estudo vimos que o Estado desenvolvimentista deu vazão para o surgimento das DUP Activities e do *Rent Seeking*, como elementos-chave para se perceber a noção do Estado e desenvolvimento. Nisto, o alvorecer do capitalismo, bem como das sociedades precedentes a essa sociabilidade compreendem as principais categorias da crítica marxista à Economia Política, dos conteúdos como o trabalho, o trabalho abstracto, a produção da mais-valia, as formas de controlo capitalista (subsunção formal e real) e as distinções entre trabalho produtivo e improdutivo.

No processo de produção de mercadorias, de exploração do trabalho e de acumulação capitalista, entende-se a dinâmica dos processos de trabalho e de valorização, e consequentemente, o desenvolvimento da mais-valia absoluta na produção da riqueza. Entretanto, com os fundamentos ontológicos e epistemológicos do trabalho identificamos as categorias trabalho colectivo e trabalho abstracto, tal como a função do trabalho produtivo e improdutivo para a produção da mais-valia relativa no capitalismo concorrencial do Estado desenvolvimentista.

Na perspectiva deste trabalho, o trabalho produtivo é a expressão da força de trabalho e do trabalho presente na relação entre capitalista e trabalhador assalariado; é o trabalho em que se produz a mais-valia; já o trabalho improdutivo ligado ao DUP Activities e *Rent Seeking* é a actividade que não tem por objectivo primordial a acumulação do capital, posto no capitalismo, a produção é feita como produção de mercadorias e como trabalho assalariado.

É na sociedade capitalista que se origina a reprodução social expressa na relação capitalista e trabalhador assalariado. A produção da riqueza social só é possível a partir da extracção da mais-valia dos trabalhadores, com a mediação do trabalho. Nesta perspectiva, esse trabalho é produtivo, pois ao concentrar a força de trabalho na produção directa de mais-valia, o trabalho é consumido no processo de produção visando à valorização do capital.

Sobre as categorias, trabalho produtivo e improdutivo entendemos que participam da produção da riqueza capitalista, mas se complexificam na concreção da relação entre capitalista e trabalhador assalariado. Sendo o trabalho produtivo, conforme dado,

produtor de mais-valia, e consumido no processo de produção visando à valorização do capital, é o processo em que dinheiro se transforma em capital; e o trabalho improdutivo não existe com a função de produzir mais-valia: é o trabalho em que se troca dinheiro por dinheiro.

Entretanto, falar do DUP Activities ligado ao conceito de Estado e Desenvolvimento é um desafio para as sociedades modernas, onde a procura de lucro é um elemento essencial. Nesta perspectiva, não se podem falar de Actividades Directamente Improdutivas, sem se referir à ideia geral da procura de renda, tidos como elementos que se complementam, uma vez que impõem custos adicionais e desperdícios de recursos para o crescimento económico num estado em desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

Bhagwati (1973), "The Theory of Immiserizing Growth: Further Applications," in M. Connolly and A. Swoboda (eds., *International Trade and Money*, Toronto: University of

Bhagwati (1978), *Foreign Trade Regimes and Economic Development: Anatomy and Consequences of Exchange Control Regimes*, Cambridge, MA: Ballinger.

Bhagwati, Jagdish — "Directly Unproductive Profit-Seeking Activities". *Journal of Political Economy*, vol. 90, Outubro 1982:

Bhagwati, Jagdish — "Directly Unproductive Profit-Seeking Activities". *Journal of Political Economy*, vol. 90, Outubro 1982.

Bhagwati, N. Jagdish. (1983). *Dup Activities and Rent Seeking*. *Kykilos*, Vol. 36.

Brooks A. Michael; Heijdra, Ben J. (1988): *An Exploration of Rent Seeking*. Department of Economics, University of Tasmania: Australia.

Chowdhury, Anis e Islam, Iyanatul (1993) — *the Newly Industrializing Economies of East Asia*. London, New York, Routledge, 288 p.

Estêvão, João A. Ramos (1999) *O Estado e o Desenvolvimento Económico: (elementos para uma orientação da leitura)*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.

Hamada, K. (1974), "An Economic Analysis of the Duty-Free Zone," *Journal of International Economics* (August): 225-241.

Krueger, Anne O. (1974) — "The Political Economy of the Rent-Seeking Society". *The American Economic Review*, vol. LXIV, nº 3, June: 291-303.

Krueger, Anne O. (1974) — "The Political Economy of the Rent-Seeking Society". *The American Economic Review*, vol. LXIV, nº 3, June: 291-303.

Krueger, Anne O. (1990) — “Government Failures in Development”. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 4, nº 3: 9-23.

McKinnon, Ronald I. (1973) — *Money and Capital in Economic Development*. Washington DC, Brookings Institution. Shaw, Edward S. (1973) — *Financial Deepening in Economic Development*. New York, Oxford University Press.

Rocha, J.A Oliveira (2010). *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Escolar Editora, Lisboa, Portugal;

Samuels, W. J. and Mercurio (1984) “A Critique of Rent Seeking Theory”. In: D.C. Colander (ED) *Neoclassical Political Economy: The analysis of rent-seeking and DUP Activities*, Ballinger Cambridge, MA. 55-70.

Souza, Nali de Jesus (2007), *Desenvolvimento Económico*, 5a Edição Revisada, Editora Atlas

Srinivasan, T. N.; Bhagwati, Jagdish (1999). *Outward-orientation and Development: Are Revisionist Right?* Yale, Columbia University: Toronto Press.

Uzawa, H. (1969), "Shihon Jiyuka to Kokumin Keizai" (Liberalization of Foreign Investments and the National Economy), *Economist*, pp. 106-122 (in Japanese).

(http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trabalho_produtivo.pdf), Acessado no dia 15/10/2013, 19h28).